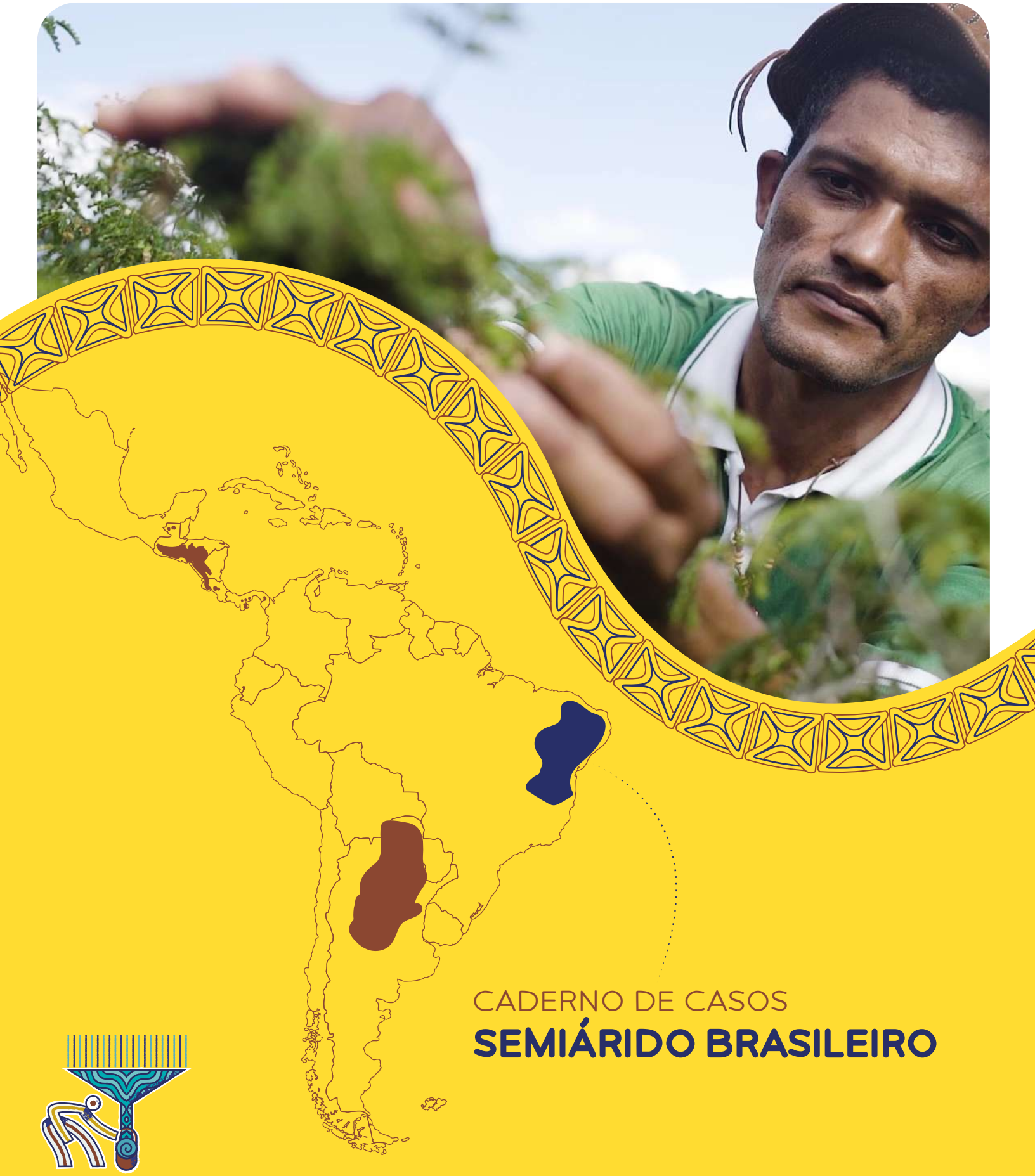
SEMIÁRIDO VIVO

Coleção de Experiências

DAKI – Semiárido Vivo



CADERNO DE CASOS

SEMIÁRIDO BRASILEIRO

SEMIÁRIDO VIVO

Coleção de Experiências
DAKI – Semiárido Vivo

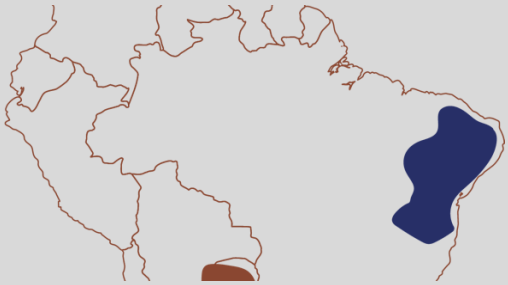
CADERNO DE CASOS
SEMIÁRIDO BRASILEIRO

5

TERRITÓRIO:
NORTE DE MINAS – MINAS GERAIS

REDE DE MULHERES DO QUILOMBO DO GURUTUBA: TRADICIONALIDADE, GERAÇÃO DE RENDA E AUTONOMIA

REGIÃO SEMIÁRIDA DAKI-SV:
Semiárido Brasileiro



CATEGORIA PRINCIPAL:
Inovação e Organização Social

CATEGORIAS COMPLEMENTARES:
Comercialização; Sementes Crioulas

GRUPOS IDENTITÁRIOS:
Mulheres

1.DADOS GERAIS

1.1 RESUMO

A experiência é desenvolvida por mulheres do Quilombo do Gurutuba, região Norte de Minas Gerais, cujas comunidades viviam o contexto de encurralamento pela perda do território. Apresenta as iniciativas protagonizadas por grupos produtivos organizados na Rede de Mulheres do Quilombo do Gurutuba.

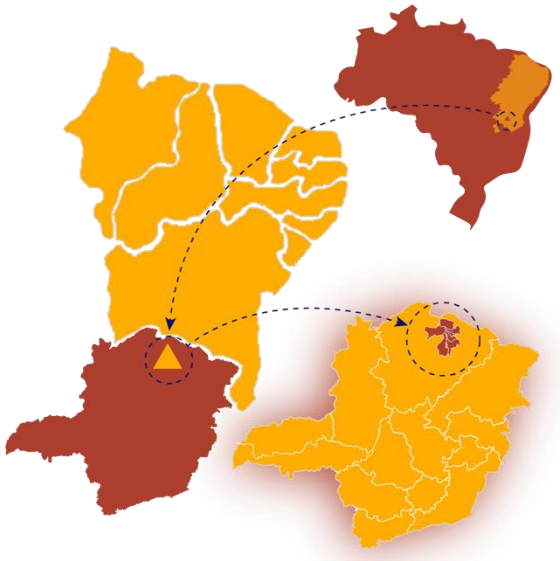
A partir do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas, é fortalecida a tomada de consciência das desigualdades de gênero vivenciadas pelas mulheres, e sua relação no âmbito da família, da comunidade ou frente aos poderes públicos. A iniciativa, então, segue o processo de inserção de mulheres rurais em dinâmicas econômicas e sociais, superando o contexto de submissão, violência e de falta de autonomia em suas famílias e comunidades.

Ela é embasada no restabelecimento do arranjo produtivo do algodão agroecológico, promovido pelos grupos de mulheres do quilombo do Gurutuba, com a revalorização dos conhecimentos e práticas tradicionais da produção e beneficiamento do algodão. Elas acionam o reconhecimento identitário como quilombolas junto a estratégias produtivas relacionadas aos seus modos de vida, e estruturam grupos produtivos da Tecelagem que envolvem a costura, os bordados e a estamparia, além da padaria e produção de farinha. A Rede de Mulheres do Quilombo do Gurutuba torna-se um espaço de gestão e de mobilização dos grupos produtivos, provocando resultados positivos para mulheres, jovens e idosas, no fortalecimento identitário e no reconhecimento do papel das mulheres na família, nos ofícios e na relação com outros grupos e instituições.

1.2 PALAVRAS-CHAVE

Empreendimentos Econômicos; Direitos das Mulheres; Povos Tradicionais; Agroecologia.

1.3 LOCALIZAÇÃO



O Quilombo do Gurutuba abrange uma área de 45.589,2093 hectares, dos quais, atualmente, apenas 3% do território estão sob posse dos Gurutubanos. Os municípios de abrangência são: Porteirinha, Pai Pedro, Catuti, Monte Azul, Gameleira, Jaíba e Janaúba. O Mapa a seguir indica a distribuição do território delimitado como área do Quilombo do Gurutuba (TEIXEIRA, 2020).

A sede da Associação Quilombola do Gurutuba (AQUILOMGOR) está assentada na localidade da Taperinha, no município de Pai Pedro-MG. Fica a 53 km da cidade de Pai Pedro e a 623 km da capital, Belo Horizonte. Podendo o acesso ao Quilombo também ser realizado através das cidades de: Janaúba, a 66 km; Catuti, à 50 km; e Jaíba, a 56 km.

Mapa 1 – Localização do Quilombo do Gurutuba, Minas Gerais. Fonte: DAKI-Semiárido Vivo.

As associações que são referências em ações protagonizadas por mulheres no território quilombola são:

- Associação Comunitária das Mulheres Quilombolas da comunidade de Malhada Grande, localizada no município de Catuti.
- Associação Comunitária das Mulheres Quilombolas da comunidade de São Sebastião, localizada no município de Monte Azul.
- Associação Comunitária das Mulheres Quilombolas da comunidade de Poções, no Município de Monte Azul.
- Associação Comunitária das Mulheres Quilombolas da comunidade de Picada, no município de Pai Pedro.

1.4 ATORES PRINCIPAIS

A experiência é promovida pelos grupos de mulheres do território Quilombo do Gurutuba, organizadas através de associações comunitárias, que fazem parte da Rede de Mulheres do Quilombo do Gurutuba. São estas:

- Associação Comunitária das Mulheres Quilombolas da comunidade de Malhada Grande, com 150 famílias envolvidas e com participação ativa de 05 jovens e 30 mulheres.
- Associação Comunitária das Mulheres Quilombolas da comunidade de São Sebastião, com 110 famílias envolvidas e com participação ativa de 10 jovens e 40 mulheres.
- Associação Comunitária das Mulheres Quilombolas da comunidade de Poções, com 100 famílias envolvidas e com participação ativa de 15 jovens e 45 mulheres.
- Associação Comunitária das Mulheres Quilombolas da comunidade de Picada, com 40 famílias envolvidas e com participação ativa de 03 jovens e 12 mulheres.

1.5 ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES

Associação Casa de Ervas Barranco de Esperança e Vida (ACEBEV): Assessoria e formação em saúde preventiva e curativa, segurança alimentar e nutricional;

Action Aid Brasil: Assessoria técnica com recursos que viabilizaram apoio na articulação social e política do quilombo do Gurutuba;

Associação Comunitária das Mulheres Quilombolas da comunidade de Malhada Grande: organização e mobilização das mulheres da comunidade; mobilização e organização de grupos produtivos, representação política junto ao município de Catuti;

Associação Comunitária das Mulheres Quilombolas da comunidade de São Sebastião: organização e mobilização das mulheres da comunidade; mobilização e organização de grupos produtivos, representação política junto ao município de Monte Azul;

Associação Comunitária das Mulheres Quilombolas da comunidade de Poções: organização e mobilização das mulheres da comunidade; mobilização e organização de grupos produtivos, representação política no município;

Associação Comunitária das Mulheres Quilombolas da comunidade de Picada: organização e mobilização das mulheres da comunidade; mobilização e organização de grupos produtivos, representação política junto ao município de Pai Pedro;

Associação do Quilombo do Gurutuba: Organização social do Quilombo do Gurutuba: reconhecimento identitário, luta pela terra, mobilização de apoio e recursos para o desenvolvimento do quilombo;

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM): articulação social da rede de colaboração com o quilombo do Gurutuba; assessoria técnica e social, mobilização de recursos para o desenvolvimento econômico e social;

Coletivo de Mulheres do Norte de Minas: Movimento social que surgiu em torno dos direitos das mulheres, formação em gênero, mobilização e incidência política; mobilização de recursos;

Cooperação Brasil Itália: apoio emergencial a projetos de segurança alimentar e nutricional, assessoria técnica, estudos e pesquisas sobre agrobiodiversidade e estratégias agroalimentares;

Fundação Banco do Brasil: apoio emergencial a projetos de segurança alimentar e nutricional, acesso à água e projetos produtivos;

Assistência da Igreja Suíça (HEKS/EPER): Assessoria técnica com recursos que viabilizaram apoio na articulação social e política do quilombo do Gurutuba;

Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE): Apoio a projetos produtivos;

Instituto Lojas Renner – apoio com o projeto Tecendo Autonomia – fortalecimento do arranjo produtivo do algodão; intermediação junto a outros atores econômicos, divulgação e comunicação;

Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento (MISEREOR): assessoria técnica com recursos que viabilizaram apoio na articulação social e política do quilombo do Gurutuba;

Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais (N'GOLO): com articulação e representação política no âmbito do estado e dos municípios;

Pão para o Mundo (PPM): Assessoria técnica com recursos que viabilizaram apoio na articulação social e política do quilombo do Gurutuba;

Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA): Apoio a projetos produtivos;

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porteirinha: assessoria local em defesa dos direitos, representação política frente aos poderes públicos, mobilização de recursos e projetos de desenvolvimento social.

1.6 REFERÊNCIA TEMPORAL

ANO	LINHA DO TEMPO
1990-1992	Abertura da economia brasileira ao mercado externo e entrada do "bicudo" (praga do algodoeiro), contribuem para desestruturação da cotonicultura na região da Serra Geral. O STTR de Porteirinha busca novas alternativas de produção e geração de renda.
1996	Primeiras iniciativas do CAA-NM no sentido de buscar a incorporação da abordagem de gênero em suas ações.
1998	CAA conta com a assessoria da Sempre Vi va Organização Feminista (SOF) na organização de oficinas sobre Gênero e Agricultura Familiar.
2000	A 1ª Marcha das Margaridas promovida pela CONTAG conta com a participação de diversos grupos de mulheres do Norte de Minas – neste mesmo ano inicia-se interação com a Marcha Mundial de Mulheres.
2001	Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Califórnia (PDA Califórnia), no qual o CAA conhece a realidade das comunidades negras do Gurutuba.
2002-2003	Constituição de Grupo de Trabalho, visando a identificação e delimitação territorial do Quilombo do Gurutuba.
2003-2005	Elaboração do projeto "REATIVAÇÃO DA COTONICULTURA NA MICRORREGIÃO DA SERRA GERAL: Contribuição do STR Porteirinha para uma transição agroecológica"; Projetos emergenciais de Segurança Alimentar e nutricional e de acesso à água direcionado às comunidades do Quilombo do Gurutuba.
2006	Participação no I Encontro Nacional da Marcha das Mulheres em BH.
2007	Criação do Coletivo de Mulheres do CAA/NM.
2008	Ampliação do Coletivo de Mulheres do CAA que resultou na realização do *I Encontro do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas* realizado na FETAEMG.
2009	I Marcha Norte Mineira das Mulheres - Atividades de formação de base sobre gênero nas comunidades Gurutuba, Abóboras, Mirabela, Varzelândia.
2009	Elaboração de projeto microrregional de apoio à produção do algodão colorido agroecológico direcionado ao Grupo de Mulheres do Gurutuba – através da Associação Comunitária das Mulheres Quilombolas da Comunidade de Malhada Grande de Catuti/MG.
2010-2013	Realização de Encontro Regional de Mulheres – interações com a ASA Brasil e o GT Gênero e Agroecologia; Constituição de um Núcleo Regional da Marcha no Norte de Minas.

2013	Seminário Regional Relações Sociais de Gênero.
2014	Construção da Campanha pelo fim da violência contra as mulheres.
2018	Projeto Tecendo Autonomia, apoiado pelo Instituto Lojas Renner e executado pelo CAA-NM.
2018	Projeto "Estabelecimento da cadeia produtiva do algodão em cultivos agroecológicos no semiárido do Norte de Minas Gerais", apresentado ao Instituto Lojas Renner.
2019	Projeto complementar que incorpora duas unidades móveis para beneficiamento do algodão; Parceria com a Cooperativa Grande Sertão para a extração de óleo da semente do algodão.

1.7 OBJETIVOS

Reconhecer e inserir as mulheres rurais em dinâmicas econômicas, superando o contexto de submissão e de falta de autonomia em suas famílias e comunidades, acionando o reconhecimento identitário como quilombolas e estratégias produtivas relacionadas com os seus modos de vida.

1.8 DESAFIO

O principal desafio foi o de enfrentar o contexto da desigualdade de gênero vivido pelas mulheres, associado à exclusão e violência vivenciada em suas famílias e comunidades. Outro importante desafio foi o de promover o restabelecimento do arranjo produtivo em torno do cultivo do algodão, adotando as práticas e métodos agroecológicos e inserindo as mulheres como protagonistas na organização da produção e na inserção dos produtos nos mercados.

A iniciativa considerou também o desafio da fragilização dos agroecossistemas com as mudanças na frequência e irregularidades climáticas, que provocaram a desestruturação de diversos arranjos produtivos da agricultura familiar regional.

1.9 DIMENSÃO RESILIENTE

A iniciativa desenvolvida pelo grupo de mulheres utilizou, como referência inicial, os cultivos tradicionalmente mais resistentes ao contexto agroambiental como o da mandioca e do algodão. Incorporou práticas e métodos agroecológicos de manejo dos solos, no controle de pragas e doenças, associados com a recuperação de sementes tradicionais e/ou mais adaptadas ao contexto do semiárido. Acionou as práticas culturais do beneficiamento destes cultivos, adicionando novos processos tecnológicos e de organização da produção que potencializasse a agregação de valor.

Além disso, a experiência foi focada no fortalecimento de grupos de mulheres que vivenciavam contextos de submissão e de desigualdade de gênero, acionando os processos identitários enquanto quilombolas visando o reconhecimento das especificidades de suas contribuições nas dinâmicas produtivas e econômicas.

2. DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Esta experiência foi desenvolvida com grupos de mulheres no Quilombo do Gurutuba, região Norte de Minas Gerais, cujas comunidades vivem o contexto de encurralamento pela perda do território. Localizado na Depressão Sanfranciscana, o Quilombo do Gurutuba está inserido em uma região onde a paisagem predominante é a planície salpicada de furados (dolinas), denunciando a sua gênese associada às formações

calcárias. As peculiaridades geomorfológicas conferiram à região características de acumulação de água e sedimentos, tornando-a habitat apropriado à proliferação do mosquito da malária.

Tal particularidade tornou a região insalubre para homens brancos até os anos 1940/1950. Isso permitiu o abrigo de inúmeras comunidades negras que chegaram em diferentes momentos ao longo da história, a mais distante delas, segundo Costa (2005), em meados do Século XVII. Tolerantes ao ataque da malária, as inúmeras comunidades negras permaneceram na região por dois ou mais séculos, livres da perseguição escravocrata. Com a chegada da ferrovia na década de 1940, a região foi saneada e o mosquito transmissor da malária foi combatido. Abrindo, no entanto, as fronteiras para o avanço de fazendas associadas com uma intensa grilagem de terras e de violência contra os antigos moradores.

As características geofísicas, dos ecossistemas, e do clima muito se assemelham às características predominantes no semiárido brasileiro. Assim, do ponto de vista geopolítico, a região foi incorporada à área de atuação da SUDENE, numa perspectiva de políticas governamentais para incrementar o seu desenvolvimento e promover a sua modernização. Contudo, tais políticas foram destinadas apenas a alguns setores privilegiados, gerando enormes disparidades regionais que vieram a se intensificar nas décadas subsequentes.

O Quilombo do Gurutuba está localizado nos limites dos municípios de Pai Pedro, Gameleira, Monte Azul, Catuti, Porteirinha, Janaúba e Jaíba-MG. Dividido entre as sete municipalidades, e a sessenta quilômetros do centro urbano mais próximo. O Quilombo do Gurutuba conta com cerca de 900 famílias que formam um contingente de mais de 5.600 habitantes dispersos em 31 núcleos populacionais distribuídos em uma área de 45.589,2093 hectares aos quais atualmente, apenas 3% do território está sob posse dos gurutubanos. Famílias que sobrevivem do cultivo diversificado de alimentos, criação de animais e extrativismo. Sendo comum a migração ou trabalhamos temporários dentro da própria região ou em diferentes regiões de Minas Gerais ou mesmo do país.

Estudos e pesquisas evidenciam a existência invisibilizada de uma imensa população de comunidades negras, no Vale do Verde Grande e Vale do Gurutuba, que se estende por toda Depressão Sanfranciscana, chamada de Território Negro da Jahyba, e que se conectam com o estado da Bahia até, pelo menos, a cidade de Bom Jesus da Lapa. Apontam que, a partir de meados da década de 1950 do século passado, quando o saneamento vai livrando os terrenos da malária, inicia-se a expropriação de terra dos gurutubanos pelos fazendeiros e doutores oriundos de outras regiões (COSTA, 1999; COSTA FILHO, 2008).

O Rio Gorutuba se destaca pela Barragem do Bico da Pedra, localizada nos municípios de Janaúba e Porteirinha, construída por ocasião da implantação do perímetro irrigado do Gorutuba, nos anos 1970/80. A importância do rio para as populações negras que vivem à jusante da barragem é imensa e hoje sofrem com os impactos da implantação destes projetos. Dois de seus principais afluentes, o rio Mosquito e o rio Salinas, com nascentes nas chapadas da Serra Geral, percorrem o território apresentando áreas intensamente ocupadas, abastecendo os mercados locais com uma variedade de produtos.

A introdução do algodão “têxtil” (herbáceo) em substituição ao arbóreo, agora em caráter comercial, teve início nos anos 1960. Esta situação passa para um cenário de subordinação e dependência dos agricultores aos pacotes de insumos impostos pelo capital comercial financeiro e o consequente endividamento e abandono da atividade. Condicionou uma mudança na estratégia produtiva, que se via impotente frente às forças de mercado. Em 1992, a crise gerada pela entrada do bicudo do algodoeiro (Anthonomus grandis, besouro da família dos curculionídeos que inviabilizou as plantações do algodão quando entrou no país) e pelos baixos

preços pagos pela produção, levou compulsoriamente a uma drástica diminuição da área plantada com esta cultura. A migração e o trabalho temporário passaram a fazer parte da vida de milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais que aí viviam.

O cenário climático onde está localizado o território do quilombo se torna mais complexo se considerarmos as questões apontadas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2008) para os próximos anos. Segundo o IPCC, as regiões semiáridas susceptíveis à desertificação serão as mais afetadas, o que poderá agravar ainda mais suas condições socioeconômicas, devido principalmente aos impactos na agropecuária, na saúde e na economia da região como um todo.

Em municípios mais secos, como Monte Azul, em que a precipitação pluviométrica anual média é inferior a 750 mm, poderá passar para menos de 600 mm, até o final deste século. Além disso, no balanço hídrico desta região, as perdas por evapotranspiração poderão gerar um déficit hídrico e consequências quantitativas e qualitativas no abastecimento público e disponibilidade de água. Vê-se que os efeitos indiretos, associados às modificações ambientais resultantes do clima alterado, provocarão escassez de água, perda de biodiversidade (flora e fauna) e de solos por erosão, queda na produção de alimentos, exacerbação da poluição atmosférica e migrações de "refugiados ambientais" (CONFALONIERI, 2010).

As estratégias produtivas dos Gurutubanos estruturavam-se em cultivos diversificados, criação de animais e manejo extrativista da caatinga e da fauna silvestre. Criam o gado na "solta", colhem alimentos, coletam frutas, plantas medicinais, madeira, lenha, além da pesca e da caça. Com as múltiplas estratégias de convivência com as restrições ambientais dessa paisagem, árida e seca, isolados ou com pouco contato com a população branca envolvente, os nativos desenvolveram um sistema agroalimentar quase que autossuficiente. A farinha e o beiju eram usados no lugar do arroz. Ao contrário da população branca de regiões próximas, a carne de cabrito é bastante apreciada. Segundo os nativos, "se comia farinha, toucinho, feijão gurutuba e carne de cabra, boi e peixe – arroz quando plantava, tinha para comer".

A produção gurutubana se organizava em agroecossistemas familiares, que se relacionam aos troncos familiares presentes nas distintas localidades, ao longo do vale. Normalmente, os grupos familiares possuem acesso a uma determinada gleba, maior ou menor, de acordo com a pressão da expropriação. A maioria das áreas das propriedades são menores do que dez hectares, muitas vezes, compartilhados por herdeiros e suas famílias, sobrando menos de 2 hectares por família. Os que possuem áreas maiores são criadores, cujos terrenos estendem-se até a vazante do rio Gurutuba.

Tradicionalmente criavam gado bovino, equino, suíno, caprinos e aves. O peso mais forte na produção agrícola era a cultura da mandioca e do feijão gurutuba, seguida do cultivo de milho, abóboras, feijão de arranque e algodão. É comum nos sistemas de cultivo convencionais a utilização de agrotóxicos, principalmente na cultura do algodão e do feijão. Embora tenha diminuído, ainda fazem uso da queimada, sendo as práticas de manejo e conservação dos solos realizadas em pequena escala. Em diversos pontos dos rios Gurutuba e Pacuí a mata ciliar encontra-se degradada. A construção da Barragem do Bico da Pedra, no município de Janaúba, alterou a dinâmica do rio Gurutuba, acabando com as enchentes, que formavam as lagoas marginais e eram fundamentais na manutenção do pescado. A utilização excessiva da água para irrigação, a montante da comunidade, levou à estiagem anual do rio, que se encontra excessivamente assoreado.

O contexto de isolamento social e político, e a elevada mortalidade infantil - comparada na época com a dos países africanos que viviam fome endêmica - levou à constituição de uma rede de solidariedade em 2003, que atuou emergencialmente no combate à fome, saúde preventiva e curativa e no acesso à água. A partir deste

ano, passaram a criar abelhas, e hoje existem 12 famílias criando um total de 150 caixas de abelhas. A partir de 2006, a Cooperativa Grande Sertão desenvolveu uma proposta de arranjo produtivo em torno dos biocombustíveis no Norte de Minas, com experiências de cultivo de oleaginosas, entre essas, o amendoim, o girassol, a mamona, o algodão e o gergelim que envolveu algumas comunidades do Gurutuba. Em outra dinâmica, a partir de 2009 envolvendo grupos de mulheres retomam o cultivo do algodão em bases agroecológicas. Foram instaladas três unidades de beneficiamento de mandioca, em um projeto apoiado pela Fundação Banco do Brasil. Posteriormente implantaram uma padaria comunitária visando abrir espaço de geração de renda para as mulheres e, em seguida, iniciaram uma experiência de produção de algodão orgânico para a tecelagem de tecido tradicionalmente produzido pelas famílias da comunidade de Salinas–Gado Velhaco. O excedente da produção é comercializado nas feiras de Pai Pedro, Janaúba e Catuti.

2.2 HISTÓRICO

A experiência da Rede de Mulheres do Quilombo do Gurutuba tem como referência histórica outras três dinâmicas a ela relacionadas: 1) a luta dos posseiros de Cachoeirinha pelo direito de viver na terra, que que fez emergir o reconhecimento do "Território Negro da Jahyba"; 2) a emergência do movimento agroecológico no Norte de Minas, que incorporou a compreensão da territorialidade dos povos e comunidades tradicionais; 3) e a mobilização do movimento feminista na região, pelo reconhecimento de seus direitos, e sua travessia para o contexto de povos e comunidades tradicionais. A partir dessas dinâmicas, abaixo apresentam-se os episódios que levaram à organização e à experiência da Rede de Mulheres.

Imagem 1 – Acampamento Gurutubano, 2006. Fonte: Arquivo CAA.

1. O enfrentamento à subordinação da revolução verde nas regiões de Caatinga

No começo dos anos 1990, a entrada do bicudo e a abertura da economia brasileira ao mercado externo impactam de forma direta a cotonicultura na região da Serra Geral que se espalha até as planícies sanfranciscanas produtoras de algodão herbáceo. Nesta região, assim como em boa parte do semiárido nordestino, a expansão da cotonicultura foi associada aos pacotes da revolução verde (monocultivo, tratorização, uso intensivo de agrotóxicos e adubos químicos) subordinando a grande maioria dos pequenos cotonicultores às algodoeiras.

O STR de Porteirinha, contando com a contribuição do CAA, parte em busca de novas alternativas de produção e renda, associado com ações de diversificação da produção e na recuperação das áreas degradadas. As interações acontecem com organizações da Rede PTA do Nordeste que trabalhavam com esta temática. O acompanhamento técnico que o CAA vinha desenvolvendo, articulando a agroecologia à luta pelos posseiros pela garantia do acesso à terra, e o programa de formação em agroecologia, apontam para a percepção da diversidade sociocultural associada ao campesinato regional – entre eles a dos geraizeiros, quilombolas, caatingueiros e vazanteiros.

Em 2002 o STR de Porteirinha reagiu às proposições da elite econômica regional, apresentada por um consórcio interinstitucional envolvendo empresários ligado à cotonicultura, poder público municipal, a EMATER e a EPAMIG, visando a reativação da cotonicultura baseada no uso intensivo de insumos químicos e no algodão transgênico. Em 2003 o STR de Porteirinha propôs como alternativa a "transição para sistemas mais sustentáveis a partir da agroecologia" (STR Porteirinha/CAA-NM, 2003). Proposta que veio ancorada em um conjunto de experiências desenvolvidas pelo STR na microrregião e que incorporava experiências que vinham sendo construídas em outras regiões do semiárido e que tinham como interlocução a Rede PTA e, em um segundo momento a ASA.

Esta proposição considerou a importância do cultivo do algodão na agricultura desenvolvida pelos agricultores familiares. Para construir uma proposta alternativa, o trabalho iniciou em 2003 com o envolvimento de 15 famílias de agricultores e agricultoras experimentadoras de 06 comunidades, distribuídas em 03 municípios: Porteirinha, Serranópolis de Minas e Pai Pedro. A proposta técnica de curto prazo baseou-se na implantação de unidades produtivas de algodão consorciado como passos para um processo de transição para o cultivo orgânico. A experiência monitorou diferentes formas de consórcio, adubação, e práticas alternativas para o controle de pragas como o pulgão, curuquerê, lagarta rosada e, principalmente, o bicudo. Desenvolveu também um catador de gasula[1] para diminuir a infestação desta última praga e utilizou-se de parâmetros para avaliação da incidência: a) sem ataque, b) ataque leve; c) ataque intenso. Esta primeira iniciativa não durou mais que três anos.

Em 2005, o resultado desta avaliação mostrou a importância da adubação orgânica, a incidência de pragas e a presença de inimigos naturais. Apontou a necessidade de replantios, a presença de pragas como a mosca branca, larva do bicudo, lagarta rosada e lagarta verde, e sua relação com as fases da lua – "Cada quadra de lua puxa uma praga, depois some". Em alguns casos o bicudo apareceu principalmente nos últimos dias. Avaliou-se também que na área plantada em consórcio a incidência de pragas está sendo menor. Observaram-se casos de lavouras muito bem desenvolvidas. Um dos destaques foi a produção do girassol que desenvolveu muito bem.

[1] Nome dado pelos(as) agricultores(a) ao botão floral do algodão.

Percebeu-se ainda as dificuldades na relação com as parcerias estatais, daí o STR de Porteirinha teve que garantir o desenvolvimento das experiências, dúvidas sobre os resultados da produção orgânica, do devido preparo para o controle de pragas, o não conhecimento de produtos alternativos para as diferentes pragas. E foi ressaltado os benefícios do girassol para as abelhas, fortalecendo os apiários em momentos críticos. Com a proposição de incorporar a homeopatia nas ações preventivas/curativas no controle de pragas e doenças. Estas experiências contaram com o diálogo com Pedro Jorge, do ESPLAR, e grupos de agricultores e pesquisadores da Paraíba e do Ceará que constituíram a Rede do Algodão Agroecológico do Semiárido.

Imagens 2 e 3 - Grupo De Batuque Gurutbano, 2008. Fonte: Arquivo CAA.

2. O reconhecimento da diversidade sociocultural na região da Serra Geral: quilombolas, caatingueiros e geraizeiros

A incorporação da agroecologia pelo CAA-NM nos anos 1990 contribuiu na construção da compreensão da diversidade sociocultural presente na agricultura familiar regional, principalmente quando se deparou com a importância dos cerrados e da caatinga e de seus potenciais para os agricultores que viviam nestes biomas. Um novo olhar para a complexidade dos sistemas agrários foi-se abrindo a partir de noções como a da coevolução e da etnoecologia.

No início dos anos 2000, a convite do STR de Porteirinha, o CAA-NM elaborou o Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Califórnia (PDA Califórnia), como desdobramento de uma ocupação realizada por famílias da Comunidade de Taperinha localizado na região do Gurutuba[2]. A partir da realidade lá encontrada, o CAA se deparou com comunidades negras cujas origens remetiam à do Quilombo de Brejo dos Crioulos. O PDA do PA Califórnia assim afirma: "os depoimentos dos "negros nativos" da comunidade de Taperinha atestam os estudos realizados por COSTA (1999) na comunidade negra de Brejo dos Crioulos, situada nas margens do Rio Arapuin, entre os municípios de São João da Ponte e Varzelândia. Tais estudos demonstram as ligações da

[2] Localizado no denominado "Território Negro da Jahyba", conforme Costa, 1999.

história de ocupação da região da Mata Seca da Jaíba com a constituição de quilombos por negros fugitivos do regime escravocrata ainda nos meados do século XVIII" (CAA-NM, 2001 p.01).

Frente à esta realidade o CAA articulou, com o apoio de Aderval Costa Filho[3], os estudos antropológicos sobre esta comunidade, o que resultou, em 2005, na apresentação do Relatório de Identificação e Delimitação Territorial do Quilombo do Gurutuba (COSTA FILHO, 2005), e que levou a constituição de uma extensa rede de solidariedade ao povo gurutubano. A tese de doutorado de Costa Filho apontou a existência de diversas práticas produtivas tradicionais, entre elas a importância do cultivo da mandioca e, principalmente, do algodão, bem como a da tecelagem tradicional (2008).

3. As relações de gênero e mobilizações do movimento feminista na região

Neste mesmo período (final dos anos 1990 – anos 2000), o CAA-NM e diversas outras organizações da Rede PTA[4], começam a colocar em discussão o debate sobre o feminismo e o papel das mulheres na agricultura. O CAA contou com a assessoria da Sempre Viva Organização Feminista (SOF) que organizou oficinas regionais e nacionais sobre Gênero e Agricultura Familiar, gerando a publicação "Gênero e Agricultura Familiar" (NOBRE et al. 1998), que se tornou referência para os trabalhos na área. Esse processo também teve como resultado a criação do GT de Gênero da Rede Projeto Tecnologias Alternativas (Rede PTA) (MOREIRA & TEODORO, 2020 p. 310). No Norte de Minas, esta movimentação foi precursora na criação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas.

A partir do ano 2000, iniciou-se uma articulação das mulheres das organizações locais junto às do movimento sindical com as quais o CAA atuava. A interação com a "Marcha Mundial de Mulheres", trouxe a discussão sobre a "identidade feminista-classista, buscando romper com os preconceitos entorno do feminismo e articular a inserção das mulheres trabalhadoras nos processos de lutas pela transformação da sociedade: É preciso mudar o mundo para mudar a vida das mulheres".

Esta interação colocou em evidência a complexidade da temática nas diferentes realidades. Foram explicitados diferentes olhares sobre a sociodiversidade em que as relações de gênero estavam ancoradas, bem como as especificidades socioculturais da diversidade local e regional, que precisavam ser aprendidas para construir um conhecimento mais aprofundado das realidades. O que apontou para a necessidade de ampliar a compreensão das relações sociais de gênero e suas conexões com a agroecologia, a partir dos diferentes universos femininos.

Com o envolvimento de grupos de mulheres de diversas comunidades rurais do Norte de Minas, entre elas, de localidades do Quilombo do Gurutuba, foi criado no ano de 2007 o "Coletivo de Mulheres do CAA/NM". No ano de 2008 foi ampliado como "Coletivo de Mulheres do Norte de Minas", com o propósito de animar a auto-organização de mulheres e processos para incorporação da abordagem da temática de gênero nas dinâmicas locais e regionais. Propuseram a realização do I Encontro Regional de Mulheres, com o objetivo de traçar uma linha de ação a ser incorporada pelo CAA/NM e parceiros nos seus planejamentos e orçamentos institucionais.

Nos anos seguintes, após diversas atividades de formação envolvendo grupos de mulheres rurais, foi realizada a Marcha das Mulheres do Norte de Minas. Este encontro resgatou os passos dados nas atividades de formação

[3] Estudante de doutorado em antropologia da UNB.
[4] A partir de indicativos apontados também pelas agências de cooperação.

de base como o encontro com mulheres do PA Tapera, no Quilombo do Gurutuba, até o que aconteceu na Comunidade de Abóboras, com intuito de fortalecer cada vez mais o Coletivo. O encontro finalizou com uma passeata e ato público no dia da Mulher na praça central da cidade de Montes Claros.

O Coletivo de Mulheres do Norte de Minas continuou a investir nas atividades de formação em relações sociais de gênero. Estas atividades de formação apontaram para o contexto de submissão e violência, física e psicológica vivenciado pelas mulheres rurais, o que levou, em 2013, a construir "uma campanha para superação da violência contra a mulher". A construção da campanha apontou a necessidade de envolver as escolas, os poderes públicos, delegacia de mulheres, defensoria de direitos humanos, sindicato dos trabalhadores rurais, CMDR, associação de moradores, associação de mulheres, artesãos, pastorais sociais, paróquias, dioceses, igrejas evangélicas, e organizações sociais como a ASA, CPT, CIMI, Coletivo de mulheres, Grupos de Organizações de homens e mulheres, RECIDE.

Em 2014 a Campanha pelo fim da violência contra as mulheres foi "lançada estrategicamente em 25 de novembro, dia internacional de combate à violência contra a mulher. A campanha teve como objetivo buscar estratégias de enfrentamento à violência a partir de ações educativas e de conscientização, chamando os homens para integrarem nesta frente. A campanha abrangeu toda a região Norte de Minas no intuito de dar visibilidade a um problema que atinge mulheres do meio urbano e rural. Por fim, a campanha pretendeu também fazer um alerta para o modelo de desenvolvimento econômico e do seu impacto na vida das mulheres do Norte de Minas. Conforme dados do Instituto de Pesquisas Aplicadas, o IPEA, o Brasil ocupa o sétimo lugar no mundo em casos de mulheres assassinadas em decorrência de violência doméstica. Nesse contexto, Minas Gerais ocupa a segunda posição, com seis assassinatos a cada 100 mil mulheres. De acordo com estudo, diariamente 77% das mulheres brasileiras sofrem violência e agressões" (FETAEMG, 2014)[5].

4. O Quilombo do Gurutuba no contexto do reconhecimento e inserção das mulheres na economia

Dona Lourdes, do STR de Porteirinha e Dona Antônia, da comunidade de Malhada Grande, município de Catuti, foram lideranças que desempenharam um importante papel na luta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres e, principalmente, no enfrentamento à submissão econômica vivenciada pelas mulheres rurais da região.

Em interação junto à uma rede de solidariedade ao quilombo do Gurutuba, elas propuseram ao Território da Cidadania da Serra Geral um projeto que tinha como meta contribuir com a "inserção de mulheres quilombolas trabalhadoras rurais no mercado de trabalho através da organização social e fortalecimento das ações produtivas desenvolvidas pelos coletivos de mulheres nas comunidades rurais no Território da Serra Geral de Minas, envolvendo diretamente a associação de mulheres da comunidade de Malhada Grande no município de Catuti/MG".

O projeto denominado de "Organização Social dos Grupos Produtivos das Mulheres do Território da Serra Geral de Minas" foi executado em 2009, em nome da Associação de Malhada Grande. Ele propôs o investimento total de R$ 61.354,40 (sendo R$ 47.779,40 recursos oriundos da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do MDA, e R$ 13.575,00 de contrapartida da própria comunidade). Em 2013 os recursos foram investidos na construção de dois galpões e aquisição de equipamentos para a casa de farinha e tecelagem. Anteriormente,

[5] Fonte: http://fetaemg.org.br/site/index.php/all-category/geral/1737-61fetaemg-participa-de-campanha-de-enfrentamento-a-violencia-contra-a-mulher.

através da ACEBEV, o Quilombo do Gurutuba tinha recebido alguns equipamentos para estas unidades, mas precisavam ser complementados.

Já a Rede de Mulheres do Quilombo do Gurutuba tem como referências iniciais a Associação do Quilombo do Gurutuba- AQUILOMGOR (2002) com sede na localidade de Taperinha e a organização da Associação Comunitária das Mulheres Quilombolas da Comunidade de Malhada Grande de Catuti/MG – ACMQMG (2009), que foi constituída como desdobramentos dos processos de inserção das mulheres no Quilombo do Gurutuba e da consciência que se começou a formar sobre os seus direitos.

Criada em janeiro de 2009 esta organização emergiu a partir da mobilização e da formação de mulheres debatendo e propondo estratégias de reconhecimento considerando o contexto vivenciado pelas mulheres quilombolas. As mulheres que estão à frente da luta explicam as três dinâmicas que resultaram na organização social das mulheres quilombolas no Gurutuba: i) a luta pela terra que resultou na criação da primeira associação, que elas denominam de "associação mãe" (AQUILOMGOR); ii) a produção do algodão que as famílias continuavam mantendo; iii) a luta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres.

Maria de Fátima, atual diretora da Associação de Mulheres de Malhada grande, explica que a constituição da associação de mulheres surgiu depois da associação mãe que foi criada na comunidade de Taperinha - Associação Quilombola do Gorutuba, no dizer dela, associação de homens: **"a associação veio lá da Taperinha, lá é a associação mãe, foi através dela que abriu a associação, primeiro foi de homens, Mariano Matos lá na Malhada Grande, foi desde quando eles começou o enfrentamento , eles perderam as terras quilombolas e eles enfrentou lá com acampamento e teve um sofrimento muito grande, foram presos e aconteceu várias coisas lá nesse assentamento aonde eles ficaram e através daí foi que abriu essa associação. Depois, veio seu Mariano, fez essa associação aí de Malhada Grande. Aí a finada Antônia assumiu no lugar, e abriu essa associação como Associação de Mulheres Quilombolas e ela funciona até hoje, a associação de mulheres quilombolas"** (Entrevista ao Projeto Museu Vivo, 2022).

Em uma entrevista com Antônia no ano de 2018, então à frente da diretoria da Associação de Malhada Grande, ela afirma a importância que foi a autoafirmação quilombola. Ela dizia que, **"quando você chega num canto, aí aquela pessoa fala assim, - olha, vem chegando fulano, ela é da área quilombola -, chega a dar um orgulho tão grande na gente! Porque a gente era bestinha demais, não sabia qual era o direito que tinha, você via as pessoas chegarem e pisarem na gente de toda forma, pisava nas pessoas em cima de você assim, e você não podia falar nada. Já como quilombola muda muito, você pode chegar e pode reclamar as pessoas - olha você não pode fazer nele assim, é racismo algumas coisas que você está fazendo -, ou às vezes, - você está pisando na pessoa. A gente tem mais orgulho de defender as pessoas, de você ter um direito de se defender. Não, eu tenho o direito de defender ele porque eu sou da mesma cor, sou da mesma raça, da mesma etnia daquela pessoa, eu posso muito bem defender ele"** (DAYRELL, 2019 p.319).

As motivações que resultaram na criação da Associação são explicadas por suas associadas. Para Maria de Fátima, **"foi por causa do algodão mesmo, surgiu a associação de mulheres porque só havia mais mulheres mesmo trabalhando na época, só as mulheres iam para a roça, só as mulheres iam lá na associação trabalhar, só as mulheres reuniam para tudo, para fazer o pão, que elas abriram uma padaria, aí elas então formaram uma associação de mulheres, não de homens, porque era mais as mulheres que estavam na frente**". Outra motivação é explicada por Eliana: **"foi por causa do empoderamento das mulheres, porque assim, Antônia participou muito desse empoderamento de mulheres, contra a violência das mulheres, as marchas das mulheres, o coletivo das mulheres, do qual ela fazia parte, aí esse empoderamento de mulheres trouxe para a comunidade esse nome de Associação Quilombola de Mulheres, para fortalecer as mulheres, levantar a autoestima das mulheres, para**

que as mulheres possam ser valorizadas, a partir daquele momento elas começaram a se valorizar e valorizar elas, então esse é o nosso povo" (Entrevistas ao Projeto Museu Vivo, 2022).

Neste contexto de desafios, o grupo de mulheres do quilombo contou inicialmente, com o apoio da ACEBEV, por meio da doação de equipamentos para processamento de mandioca que foram direcionados para quatro localidades. Posteriormente, a Associação buscou por meios das políticas públicas do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE, equipamentos para criar uma padaria comunitária. Entretanto, ainda era necessária uma estrutura que abrigasse tais equipamentos. A Associação decidiu alugar uma casa no distrito de Barreiro Branco, em Catuti/MG. Por meio de mutirões realizou a reforma para adequação do espaço e inaugurou a Padaria Quilombola Mariano Matos, homenagem à memória da liderança quilombola pioneira no processo de luta territorial e identitária e apoiador da constituição da Associação de Mulheres. No entanto, as mulheres avaliaram que a manutenção da Padaria se tornou complicada, uma vez que houve significativa mudança na rotina das mulheres que dependiam do transporte escolar ou de membros da família para o deslocamento diário até o Distrito. Diante desse cenário, a Associação buscou por meio do CAA/NM e Action Aid, a construção de um novo espaço para abrigar a Padaria Comunitária na comunidade de Malhada Grande, assim como o sonho de instalação dos equipamentos em uma casa de farinha.

Em 2009 implantaram roças diversificadas de mandioca com milho, algodão, melancia, abóbora, girassol dentre outros, com a implantação ou melhoria das casas de farinha e de tecelagem. Plantaram também o algodão colorido consorciado com girassol e gergelim. Com isso criaram as condições de retomar um antigo sonho: produção de colchas, mantas e batas. Esta iniciativa tinha antecedentes pois em 2003 o STR de Porteirinha enfrentou o debate contrapondo àqueles das elites econômicas e políticas que estavam propondo a reativação da cotonicultura baseada no uso de pacote tecnológico que tinha como base variedades de algodão transgênico produzidos pela Monsanto com transgenia para resistência a lagartas, com genes Bt (da bactéria Bacillus thuringiensis) aliado com a resistência ao glifosato, permitindo a pulverização para controle de plantas daninhas de amplo espectro.

Os plantios de algodão realizados pelo grupo de mulheres contaram com o apoio técnico na produção agroecológica, atividades de formação e em gestão de empreendimentos. Ao mesmo tempo as participantes do projeto participaram dos eventos de mobilização promovidos por grupos de mulheres que, em um momento seguinte, resultou na fundação do "Coletivo de Mulheres do Norte de Minas" (2009), compreendendo o contexto de opressão e violência que viviam enquanto mulheres, mas também investindo na busca de saídas.

A partir dos acúmulos obtidos neste período, frente aos desafios e aprendizados na organização dos grupos de mulheres, em 2016 o CAA apresentou uma proposta que concorreu ao Edital Empodera, do Instituto Lojas Renner que viabilizou o apoio à produção de algodão orgânico, uma iniciativa que teve como um dos protagonistas a Associação das Mulheres Quilombolas da Comunidade de Malhada Grande, em Catuti (MG). Em 2017, o projeto foi expandido para mais três comunidades quilombolas na região: São Sebastião, Picada e Poções.

O projeto propôs desenvolver ações de fortalecimento dos grupos de mulheres do Gurutuba através da inclusão socioprodutiva e ambiental tendo como referência o arranjo produtivo do algodão agroecológico. As ações que foram desenvolvidas a partir daí tiveram como núcleo central o aprimoramento das estratégias de redução da pegada hídrica e convivência com os condicionantes agroclimáticos; aperfeiçoamento da comunicação em rede para promoção dos produtos e experiências de auto-organização das mulheres articulando o debate sobre feminismo, gênero e inserção na Economia Sustentável Solidária.

Ao considerar a vulnerabilidade social e habilidades das mulheres de Picada (Pai Pedro-MG) e Vila São Sebastião (Monte Azul- MG) e Poções, foi estabelecida junto às lideranças destas comunidades, uma relação de coparticipação, tendo a Comunidade de Malhada Grande como uma unidade irradiadora de experiências, onde grande parte das atividades coletivas de formação reuniram lideranças comunitárias com a incumbência de multiplicar as experiências em suas localidades [6].

Em outro momento, em uma escala maior, passaram a contar com apoio de uma miniusina itinerante para o descaroçamento do algodão, com o beneficiamento e comercialização da pluma excedente além da extração do óleo do algodão e gergelim, além do aproveitamento de subprodutos (farelo do algodão). E, finalmente, com o avanço da pandemia, elas têm uma participação ativa nas ações emergenciais propostas pelo CAA-NM[7], apoiando os grupos de mulheres na produção de kits de máscaras e de sabão, associadas com ações de monitoramento e prevenção ao COVID 19[8].

Imagens 3 e 4 – Algodão e Tecelagem tradicional. Fonte: Arquivo CAA / HEKS.

2.3 DESCRIÇÃO TÉCNICA DE PRÁTICAS/PROCESSOS

As práticas e processos na constituição dos grupos produtivos no território do Quilombo Gurutuba

[6] Conheça mais clicando aqui.

[7] O CAA-NM propôs reorientação dos recursos de seus projetos para ações emergenciais visando a produção de kits de prevenção (máscaras, sabão e álcool) apoiando grupos produtivos das comunidades além da distribuição de cestas básicas para comunidades mais fragilizadas a partir da produção de famílias de agricultores familiares e comunidades tradicionais que tinham excedentes de produção e estavam com dificuldades de comercialização.

[8] Conheça mais clicando aqui.

Em 2017 a comunidade de Malhada Grande já possuía uma padaria e uma unidade de beneficiamento de mandioca. Já entregavam produtos para o PNAE e PAA, como: bolos, biscoito espremido, pãozinho doce e farinha. Com o projeto Tecendo Autonomia apoiado pela Fundação Renner no valor de R$ 113.804,86 foi possível ampliar os grupos produtivos, desenvolver atividades de formação, intercâmbio e investimentos complementando iniciativas ou investimentos de outros projetos. Além do apoio do Instituto, a articulação com outros projetos como Ecoforte, O Fazer Sertanejo, Enlaçando Experiências e Reexistir possibilitaram apoio em outras atividades ou investimentos demandados.

Foram realizadas capacitações em gênero, corte e costura, bordado, serigrafia e processos de tecelagem. As monitoras eram as mestras das comunidades, e profissionais de fora quando necessário. Uma dessas atividades foi a assessoria e formação em serigrafia com a construção de logotipos e extensões identitárias para a Rede de Mulheres do Quilombo do Gurutuba e marcas específicas para cada uma das quatro associações de mulheres. Em outro momento, foram realizadas novas capacitações para produção de máscaras e de sabão e sabonete.

Mulheres do
Quilombo do Gurutuba - MG

Foi uma oportunidade na qual a Associação de Mulheres Quilombolas da comunidade de Malhada Grande (município de Catuti-MG) adotou como estratégia a interação das ações junto a outras comunidades, inicialmente no próprio quilombo, irradiando sua experiência que tinha como referência a melhoria "dos processos produtivos que favoreçam as condições de trabalho e habilidades das mulheres, bem como o fortalecimento de redes e o desenvolvimento profissional das trabalhadoras e empreendedoras no âmbito do segmento têxtil e de moda" (CAA-NM, 2017 p.11).

As quatro associações foram formalizadas neste processo, sendo a de Malhada Grande que mantém uma contabilidade para suprir a demanda de emissão de notas fiscais para as demais associações. Ela possui conta corrente no banco e uma contadora em Porteirinha. As quatro associações compõem a Rede de Mulheres do Quilombo do Gurutuba, espaço que serve de planejamento e de ações conjuntas. É através da Rede que parte das demandas de produção chegam até os grupos.

Esta movimentação resultou no desenvolvimento de uma ação em rede que atuava com formatos centralizados associados a outros descentralizados. Segundo Jaciléia, técnica do CAA, **"lá dentro tem a divisão de grupos, mulheres que costuram, mulheres que fazem os seus artesanatos e levam para a feira, tem as mulheres que fazem o sabão, que fazem os bordados. Os grupos separam a porcentagem que é da associação (5% a 10%). São separados os grupos, pois são muitas mulheres: tem a turma do bordado, a turma do sabão, então elas não dão conta de participar de todas as cadeias produtivas que elas conseguem desenvolver. Só na cadeia da mandioca reúnem todo mundo, porque é quase um ou dois meses produzindo a farinha".**

As ações desenvolvidas pelo grupo de mulheres foram organizadas em três frentes. A primeira, com o fomento da produção agroecológica de alimentos em consórcio com o algodão, estimulando o resgate e plantio de sementes crioulas (com ensaios e campos de sementes locais), além da pequena irrigação de salvamento para não perder as sementes. A segunda, com investimento na estruturação dos empreendimentos solidários em torno do arranjo econômico do algodão. E a terceira frente com o desenvolvimento de estratégias de comunicação em rede para a divulgação da produção dos grupos, articulando também o debate sobre

feminismo, gênero e economia solidária. Contaram com assistência técnica especializada e realizaram visitas de intercâmbios conhecendo outras experiências como a da Paraíba (ASPTA).

Em 2019 um projeto complementar propôs o investimento na aquisição de equipamentos de forma a realizar o beneficiamento do algodão em caroço para um melhor aproveitamento do seu potencial produtivo com a produção da fibra ou lã (em média 38% do peso da produção), e a extração do óleo da semente / caroço (que corresponde em média a 62% do peso), que, se refinado pode ser destinado à alimentação humana, e como insumo para a fabricação de sabões. E o uso do farelo ou torta para alimentação animal (bovinos, aves, suínos).

A manutenção das atividades depende da articulação da Rede de Mulheres do Gurutuba e de investimentos na gestão dos empreendimentos e de acompanhamento técnico continuado, principalmente nos processos de planejamento e avaliação.

2.4 ESTÁGIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Organização e funcionamento da Rede

As demandas de produtos podem chegar diretamente até a Rede de Mulheres do Gurutuba ou através de cada uma das associações. A Rede define a distribuição entre os grupos e quando aparece uma demanda de produção em uma escala maior é feita a distribuição entre os grupos de acordo com as capacidades e habilidades. O fluxo pode ser melhor visualizado na Figura a seguir:

Gráfico 1 – Fluxo de demandas e produção da Rede.

Os grupos de produção destinam entre 5% a 10% da receita para as associações. Esta receita é utilizada para pagamento de energia, quando necessário, ou para investimentos no próprio grupo. O restante é dividido entre elas de acordo com a produção obtida. Quando precisam de nota fiscal com CNPJ a Associação de Malhada Grande está habilitada para emitir o recibo. Os grupos produtivos estão estruturados nas quatro associações. Na figura a seguir apresentamos os produtos desenvolvidos em cada um dos grupos.

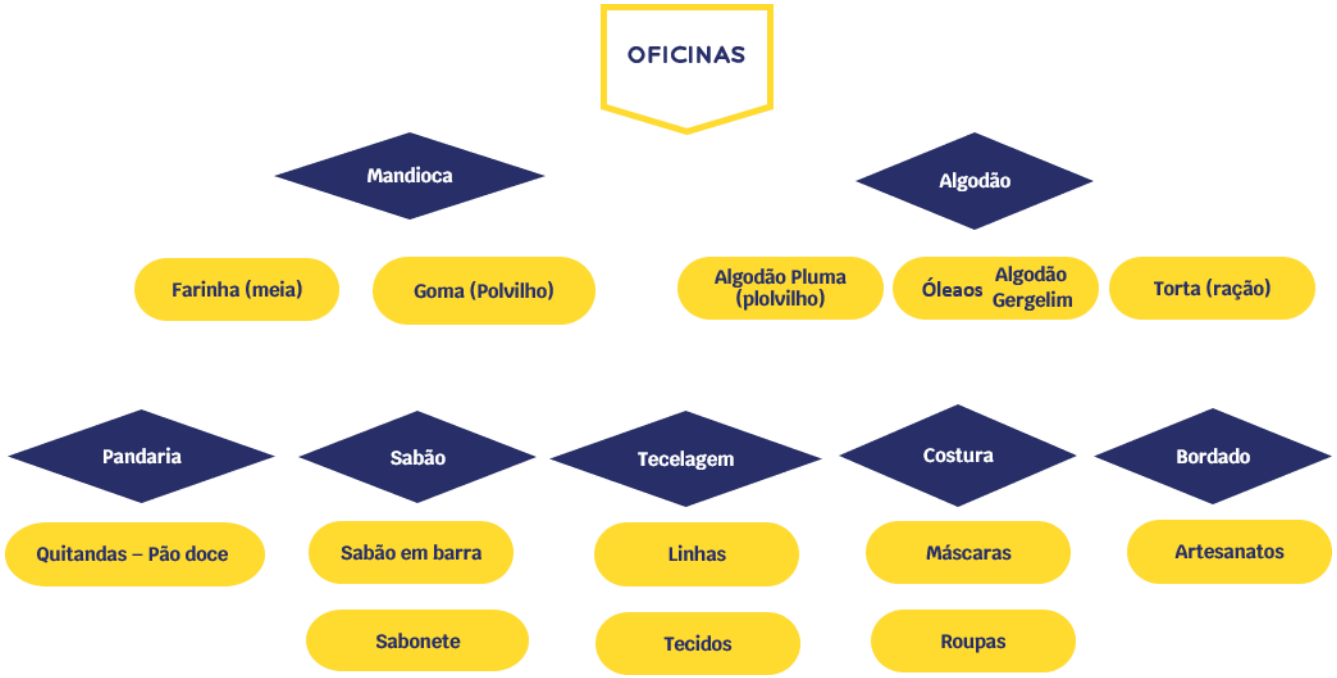


Gráfico 2 - Grupos Produtivos da Rede de Mulheres do Gurutuba.

Os caminhos da produção

A produção agrícola que sustenta a experiência está estruturada em duas frentes: 1. a primeira, com o fomento da produção agroecológica de alimentos em consórcio com o algodão, estimulando o resgate e plantio de sementes crioulas (com ensaios e campos de sementes locais), além da pequena irrigação de salvamento para não perder as sementes; e 2. a segunda, investimento na estruturação dos empreendimentos solidários em torno do arranjo econômico do algodão e da cadeia da mandioca.

1. Produção Agroecológica

Cultivo da Mandioca

A mandioca era e continua sendo um dos cultivos mais importantes na dieta alimentar gurutubana, juntamente com o peixe. Não sem razão, este foi um dos primeiros investimentos demandados pelo grupo de mulheres, que passaram a promover o cultivo agroecológico da mandioca de forma familiar ou em pequenos grupos comunitários voltados à produção de farinha e goma. Partiram da experiência em trabalhos comunitários baseados na tradição local onde as famílias entravam juntas para raspar, ralar, prensar e torrar a farinha. Assim, em cada associação foi constituído um grupo de mulheres que "pegam a roça de mandioca a meia" e utilizam a "tenda comunitária" para produzir a farinha e goma. Com metade da produção (50%) pagam à família dona da roça. Com a outra metade (50%), destinam dez por cento para a manutenção da associação e o restante (40%) é distribuído entre as mulheres do grupo. A goma (polvilho) produzida pertence ao grupo e se divide entre suas integrantes.

Além do grupo de mulheres, os sócios da Oficina Comunitária de Farinha têm o direito de fazer o processamento da mandioca e pagam 5%. Os não sócios também podem utilizar a unidade de processamento, mas pagam 10%.

Além de Malhada Grande, São Sebastião, Poções e Picada, outros grupos possuem unidade de beneficiamento da mandioca, como os da comunidade de Salinas e Língua D'Água.

Cultivo do Algodão

O grupo de mulheres do Gurutuba retomou em 2009 a experiência de produção agroecológica de algodão. Antes fizeram uma visita de intercâmbio em Alagoas, de onde trouxeram sementes de algodão colorido. A partir da produção do algodão, outros grupos foram organizados.

Em outro momento, em uma escala maior, passaram a contar com apoio de uma mini usina itinerante para o descaroçamento do algodão, com o beneficiamento e comercialização da pluma excedente, além da extração do óleo do algodão e gergelim além do aproveitamento de subprodutos (farelo do algodão).

2. Empreendimentos Solidários

Grupo 1: Padaria

O projeto da Padaria Comunitária de Malhada Grande – Mariano Santos contribuiu como uma experiência de gestão de empreendimento coletivo ainda restrita à própria comunidade. A comunidade já tinha recebido alguns equipamentos para uma casa de farinha, mas ainda não estava funcionando de forma adequada por falta de um espaço próprio.

O grupo da padaria surgiu por iniciativa da Associação de Malhada Grande conduzida, na época, por Antônia Matos. Inicialmente alugaram uma casa no distrito próximo Barreiro Branco, posteriormente reformaram um pequeno galpão na própria comunidade. Foi a segunda experiência em trabalhos comunitários envolvendo o Grupo de Mulheres. Segundo Maria de Fátima, **"começou a fazer primeiro, antes da padaria, veio a casa de roda lá de fazer farinha, beiju, aí depois veio a padaria, eles fazem pão e vendia nas comunidades"** (Entrevista com Maria de Fátima). O grupo da padaria utiliza o polvilho para produção de quitandas. Esta produção juntamente com a farinha era comercializada pelo PAA e PNAE, além de venda local.

Grupo 2: Sabões e sabonetes

As mulheres afirmam que muitas delas já fizeram ou faziam sabão em outros momentos. No entanto, com o surgimento da pandemia do COVID 19, o CAA articulou, através de um plano emergencial, a retomada da produção do sabão para atender a demanda das comunidades e/ou das famílias que viviam em um contexto mais precarizado. Assim como aconteceu com a demanda de máscaras.

Com o desenvolvimento das atividades o CAA foi assessorando os grupos de forma a padronizar a receita e o tamanho do sabão, bem como a embalagem. Utilizaram do conhecimento de mulheres que também viviam em outras comunidades, como foi o caso do grupo de mulheres de Rio Pardo de Minas e do grupo de mulheres de Córregos (município de Riacho dos Machados).

As receitas foram se aperfeiçoando e além do sabão de barras passaram a produzir também o sabonete, o sabão em pó e o sabão líquido. Para o sabonete utilizam de diversas especiarias que cumprem também o papel medicinal como hortelã, barbatimão, tingui, açafrão, mel, aroeira, urucum, erva doce, argilas, alecrim, calêndula, etc. Para qualificar a produção, acionaram mulheres profissionais de fora que foram contratadas (Montes Claros) ou contribuíram, como foi o caso da Cooperativa Grande Sertão e do MST. Estas capacitações ajudaram no controle do PH e de outros aspectos produtivos como rendimento, peso e qualidade. Mesmo assim, cada grupo de mulheres fazem os sabões com toques diferenciados.

Grupo 3: Tecelagem

Este grupo tem como referência as tecelãs e anciãs, D. Vila de Malhada Grande e D. Joana, de São Sebastião, além de D. Faustina em Picada. Em Picada tinha também a D. Tomásia que infelizmente faleceu recentemente. Em Poções tem também a D. Dalina. Elas tinham e tem em casa o tear tradicional. As tecelãs são chamadas pela comunidade de matriarcas. Elas que detêm o saber do trabalho de todas as fases da tecelagem: descaroçar, bater, fiar, trilhar, urdir, tecer.

Para tecer, só as duas têm o conhecimento de como "urdir". O urdir precisa saber dos pontos e das entradas dos fios coloridos. Tem tecelãs que só sabem fazer o novelo. Tem outras tecelãs que tem a roda de fiar. Utilizam do algodão colorido e também de tinturas como o anil (azul). Os quatro grupos têm teares, mas só os de Malhada Grande e São Sebastião estão funcionando plenamente.

Normalmente, os teares das comunidades são manuais feitos em madeira. Em princípio, exige força e coordenação dos braços e pernas, e trabalho integral da tecelã, já que ela precisa acionar os pedais do equipamento de forma constante para fabricar o tecido. Como o processo é mais lento, a quantidade de produção das peças é menor, o que as torna mais exclusivas. Por isso, é considerado arte, com mais valor agregado. A arte de tear funciona com os fios verticais (as teias ou urdidura) cruzam com os fios horizontais (a trama), que são transportados pela lançadeira (o navete) em um movimento harmonioso de "abaixa e levanta" os fios, entrelaçando-os. Atualmente a tecelagem tradicional em alguns lugares é uma necessidade que se fez presente, com as mulheres do Gurutuba, o que possibilitou o resgate de uma tradição que quase tinha sido extinta, além de proporcionar a geração de renda.

Grupo 4: Costura

Os Grupos de Costura estão organizados em Malhada Grande, São Sebastião, Picada e Poções. Contam com cerca de trinta pessoas envolvidas diretamente onde varia de cinco a seis pessoas por grupo que fazem o processo completo do corte e costura. Este processo conta com oito passos principais, quais são: escolher o modelo – etapa muito importante; escolher o tecido; preparar o tecido; fazer a modelagem; cortar o tecido; iniciar as costuras; fazer a prova; e, finalmente, finalizar as costuras e acabamentos.

Produzem máscaras de proteção contra o COVID, bolsas, mochilas, aventais, embornais e carteiras. Atendem às demandas do CAA, da Cooperativa Grande Sertão, da Unimontes e de outras organizações, empresas ou pessoas. Produzem por encomenda, recebendo material ou não. Os produtos são: Cobertas, calças, blusas, saias, shorts, bolsas, carteiras, redes, sousplat de mesa, guardanapos.

Grupo 5: Bordado e Serigrafia (Silkscreen)

Envolve principalmente as mulheres e a juventude. Eles(as) produzem bordados e estamparias (serigrafia) que são aplicadas em camisetas, máscaras, bolsas, carteiras, peças de tecido, etc. Os bordados são produzidos manualmente ou através de uma máquina bordadeira. Um dos manuais é o Bordado da Vovó, com diferentes tipos e modelos de bordados e pontos, que podem ser feitos à mão ou pela máquina adquirida pelo grupo. Atualmente, mesmo sem as demandas do projeto emergencial, os grupos continuam produzindo atendendo às demandas das comunidades. Elas dizem que quase não compram mais sabão e sabonetes de fora. E tem um grupo coordenado pela tia Fia que articulou uma produção comercial de sabonetes que são vendidos em Belo Horizonte.

A Máquina de Bordar traz para os grupos de Mulheres de Malhada Grande, especial para os jovens, uma tecnologia mais avançada pois conta com recursos especiais, facilidade no manuseio, programas de edição e muito mais facilidade para localizar matrizes, pois aceita vários arquivos de desenhos. Explorando novas possibilidades e criatividade dos jovens, tornando reais suas ideias para empreender com segurança e qualidade.

Como reconhecimento a prefeitura de Monte Azul destinou um prêmio através da Secretaria de Cultura e Promoção Social na categoria de artesanato para Silvana Souza Alves e tecelagem para Joana de Deus Souza, ambas da comunidade de São Sebastião, o edital foi de Chamamento Público Propostas de Projetos Culturais e Musicais, bem como suas regulamentações para a premiação de projetos culturais e musicais, através de fomento financeiro, no âmbito do município de Monte Azul-MG.

2.5 RECURSOS NECESSÁRIOS

Sem considerar os investimentos que foram realizados anteriormente visando a elaboração do Relatório Antropológico do Quilombo do Gurutuba e o apoio inicial à mobilização e ações emergenciais de segurança alimentar, a experiência demandou os seguintes investimentos:

- Construção da Padaria Comunitária;
- Implantação de lavouras de algodão consorciado com mandioca;
- Aquisição de equipamentos e construção de casas de farinha;
- Aquisição de equipamentos de tecelagem, máquinas de bordar e construção das unidades de beneficiamento;
- Formação sobre gênero, gestão de empreendimentos, serigrafia e materiais de comunicação;
- Assessoria sociotécnica continuada.

A implantação das casas de farinha utilizou de forno mecanizado para torrar a farinha, aumentando a produção que era em torno de 3 sacos por dia para até 20 sacos por dia.

As decisões são definidas em conjunto nas reuniões da diretoria das associações comunitárias das mulheres de cada comunidade e registrada em livro de ata. Em sequência, elas geram responsáveis de cada grupo para dar continuidade e encaminhamentos nas ações com cada núcleo específico de produção. Esses grupos foram criados para fortalecer cada cadeia produtiva da comunidade. Os recursos são de responsabilidade da tesoureira de cada associação, com o acompanhamento da presidente. Assim fazem a gestão conjunta da aquisição dos materiais e insumos necessários de cada atividade produtiva, de maneira mais eficaz e garantindo os interesses comuns.

O poder de participação social das mulheres nas ações das associações comunitárias vem garantindo que elas possam estar cientes sobre a luta pelos seus direitos, com total igualdade entre os gêneros. Participar da tomada de decisões está relacionado com o processo de autoconfiança, poder de escolha e garantia de recursos sociais, o que torna a mulher capaz de controlar sua vida no presente e garantir ações para seu futuro. As mulheres modificaram e inverteram muitos papéis impostos pelas comunidades e estas modificações podem ter alterado o formato tradicional da posição da mulher na associação, sua qualidade e modos de vida, objetivos de realização plena da condução das atividades realizadas na rede de mulheres do Gurutuba.

2.6 RESULTADOS E IMPACTOS

As práticas que resultaram no restabelecimento do arranjo produtivo do algodão agroecológico promovido pelos grupos de mulheres do quilombo do Gurutuba estão relacionadas com os processos identitários e territoriais que proporcionaram a autoafirmação enquanto quilombolas, com a revalorização dos conhecimentos e práticas tradicionais da produção e beneficiamento do algodão.

Esta experiência provocou resultados positivos principalmente nas mulheres, jovens e idosas, no sentido de fortalecimento identitário como quilombolas e no reconhecimento do seu papel na família, nos ofícios e na relação com outros grupos e instituições, principalmente junto aos poderes públicos municipais.

Por meio da agroecologia, retomaram o plantio do algodão consorciado com cultivos alimentares, resgatando e conservando as sementes crioulas, e associando com práticas de conservação dos solos, de controle alternativo de pragas e doenças, e o uso de tecnologias sociais para captação e conservação das águas. Dessa maneira, ampliaram a sua resiliência às mudanças do tempo, que se verificam de forma muito clara na região do Gurutuba.

Através dos empreendimentos geridos pelos grupos de mulheres, houve espaço para encontros, conversas, sentimento de revalorização e reconhecimento do trabalho, aumentando o respeito dos homens para com elas e, principalmente, sua autonomia através da geração de renda. Novos conhecimentos foram construídos: primeiro pelos mais novos, através da interação com as matriarcas que passaram a atuar como monitoras, ou com as mulheres que detinham conhecimentos das receitas, de como produzir sabão ou na costura. Novos conhecimentos técnicos também foram construídos, no manuseio do maquinário para produzir farinha de forma mais eficiente, ou através dos cursos de serigrafia, com as estamparias. Também os conhecimentos sobre gestão dos empreendimentos foram potencializados, assim como os de acesso a mercados - PNAE e PAA - embora atualmente não estejam mais sendo utilizados.

Por fim, destaca-se como resultado a tomada de consciência que provocou o reconhecimento das desigualdades de gênero vivenciadas pelas mulheres, e incidiu em suas relações no âmbito familiar, da comunidade ou frente aos poderes públicos. Incidência que também provocou repercussões no âmbito dos poderes legislativo e executivo municipais, e se deu através do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas.

Imagens 5 e 6 – Casas de Farinha. Fuente: Arquivo CAA.

2.7 MECANISMO DE VALIDAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A validação da experiência se deu em dois momentos: no primeiro, aproveitando um encontro promovido pelo Projeto Museu Vivo dos Povos Tradicionais, que reuniu as lideranças das quatro associações no dia 19 do mês de março de 2022. No momento, foi feito um registro audiovisual que vai resultar em um documentário para o Museu e entrevistas avaliativas sobre a experiência do grupo de mulheres. Posteriormente, no dia 28 de junho de 2022, aproveitou-se de um encontro de formação na comunidade de São Sebastião para apresentação dos resultados e validação do material audiovisual para sistematização das experiências.

A partir disso, as lideranças avaliaram a experiência com vários resultados consolidados, mas com outros tantos desafios, principalmente os relacionados com a inserção mais ativa no mercado. A avaliação positiva tem como referência o protagonismo de mulheres quilombolas, que tem conseguido envolver tantos jovens quando homens no apoio de suas ações.

3. ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA

3.1 INOVAÇÃO E/OU PROCESSOS DE APRENDIZAGEM INOVADORES

Um importante aprendizado das organizações que têm como referência a agroecologia é a compreensão sobre os arranjos produtivos ancorados na tradicionalidade, cujos elementos podem mobilizar de forma ativa as famílias e comunidades na busca de alternativas ao seu desenvolvimento. Este é o caso desta iniciativa que procurou potencializar os saberes e práticas em torno dos cultivos agrícolas diversificados (com foco na mandioca e algodão), associados às suas práticas tradicionais de beneficiamento. Estes conhecimentos foram atualizados a partir do manejo agroecológico e com medidas tecnológicas visando o aumento da produtividade do trabalho, aperfeiçoamento e/ou desenvolvimento de novos produtos e novos mercados.

Juntamente a este aprendizado, outro importante aspecto que merece destaque é que a proposição surgiu de demandas de mulheres que buscavam a autonomia no acesso à renda e que lutavam pelo reconhecimento de seu papel na agricultura e na família. Assim, a iniciativa desenvolvida foi totalmente assentada pela ação das mulheres, que se organizaram em grupos produtivos com diferentes formatos, sem necessariamente excluir os homens, pelo contrário, sempre acionando os homens e os jovens que se envolveram.

3.2 FATORES DE ÊXITO

Os fatores de êxito desta iniciativa estão relacionados com antecedentes apontados na contextualização relacionados com dinâmicas que contribuíram para o seu desenvolvimento, a saber:

- Uma longa história de resistência que desaguou na luta pelo direito étnico como quilombolas;
- A busca de alternativas agroecológicas para o cultivo do algodão desenvolvidas no Território da Serra Geral referenciadas pelas iniciativas do STR de Porteirinha e Cooperativa Grande Sertão;
- A mobilização social das mulheres pelo reconhecimento social e autonomia que teve como força motriz o Coletivo de Mulheres do Norte de Minas.
- A importância dos aprendizados realizados pelos intercâmbios: a visita à Paraíba de uma equipe da comunidade e do CAA ajudou muito pois trouxe de lá as sementes de algodão e a experiência de produção agroecológica.

Outro elemento que favoreceu foi a capacidade dos sujeitos institucionais em potencializar os seus projetos em torno de ações comuns, o que denominam de "inteligência na gestão de projetos". E, finalmente, a estratégia que se desenhou na trajetória da promoção de pequenos projetos que foram dando suporte à uma ação mais ousada, envolvendo quatro associações e os diversos grupos produtivos que se desenvolveram.

3.3 LIMITAÇÕES

Os elementos de dificuldade da experiência são:

- O aumento da incidência do bicudo, uma vez que no entorno as comunidades convivem com o plantio do algodão transgênico com uso intensivo de agrotóxicos. Em áreas ou regiões novas de plantio do algodão é menos problemático.
- A irregularidade climática está comprometendo a produção de uma forma muito mais intensa do que antes, seja pela falta de chuva ou pelo excesso de chuva.
- Exigência da certificação da produção como orgânica, o que demanda um acompanhamento mais sistemático desde o preparo dos solos, uso das sementes, manejo da cultura, e controle de pragas. Está em andamento o monitoramento via Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), ainda em processo de credenciamento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).
- Os empreendimentos exigem uma constante atualização de acompanhamento técnico e assessoria em gestão.
- A comercialização continua sendo um desafio grande, pois a maior parte é feita por encomendas. Existem propostas de intercâmbios com grupos que já avançaram na questão e estão fazendo comercialização de forma virtual, também com a certificação já avançada. Foi criado um site para venda virtual que ficou sem atualização. No projeto do Museu Vivo há uma proposta de abrir uma página para a comercialização virtual, onde a experiência poderia se beneficiar.
- No artesanato da pintura, observamos uma grande dificuldade entre os artesãos em comercializar seus produtos, mesmo com o apoio oferecido por iniciativas como dos projetos e associações. A falta de comercialização compromete a sustentabilidade de suas atividades. Uma parte dessa solução caberia na padronização, com menos variedades de pinturas, para as empresas que compram a produção desses artesãos, praticando uma negociação justa que atenda tanto às necessidades do produtor como às suas necessidades comerciais.

3.4 SUSTENTABILIDADE DA EXPERIÊNCIA

O desenvolvimento desta iniciativa dependeu do interesse das lideranças locais em assumir a implantação dos empreendimentos juntamente com os desafios da mobilização. Dependeu da persistência no enfrentamento das dificuldades que foram surgindo. Dependeu também de um acompanhamento sociotécnico de média duração e de investimentos em infraestruturas produtivas e de formação específica, o que só foi possível pela capacidade da rede de parcerias em canalizar recursos e assessoria.

Foi fundamental nos primeiros anos o acesso a programas públicos como os da SDT/MDA, PAA e PNAE, estes últimos para viabilizar a comercialização. Fundamental também a inserção do Quilombo do Gurutuba em espaços de coletividades como a Federação N'Golo, Articulação Rosalino Gomes, Coletivo de Mulheres do Norte

de Minas. Conta também com uma rede colaborativa que envolve o CAA-NM, STR de Porteirinha, EMATER, CESE, STR de Monte Azul, STR de Pai Pedro e os CMDRS.

As lideranças avaliam que diversas atividades hoje são desenvolvidas independente de assessoria ou investimentos externos, como por exemplo a produção de farinha, a padaria, a tecelagem, bordados, costura e a produção de sabão e sabonetes. Em alguns casos, o acesso ao mercado para uma escala maior depende de políticas públicas ou de assessoria e formação para expandir a outros mercados como, por exemplo, o virtual.

Os empreendimentos da experiência têm sustentabilidade ambiental em função de que a matéria prima é oriunda das próprias atividades produtivas, e os resíduos não causam poluição. No entanto, a produção do algodão e das lavouras de mandioca e gergelim carecem de um manejo adequado dos solos, com adubação orgânica, que nem sempre é fácil de se conseguir, além do controle de pragas, em particular das que atacam o algodoeiro e são mais complexas. Mesmo assim, as famílias continuam fazendo esforço para utilização apenas de caldas naturais. Já os empreendimentos como a fábrica de farinha e a padaria dependem de energia elétrica.

3.5 REPLICAR E/OU ESCALAR

Como esta iniciativa aglutina diferentes formatos produtivos e diferentes formas de organização, ela pode ser replicada considerando um ou mais grupos produtivos estruturados nas oficinas de Produção de Farinha e Goma, Padaria, Produção de Sabão e Sabonetes, Tecelagem tradicional, Costura e Bordados. A experiência com a produção de algodão e gergelim, descaroçamento com a produção de óleo e raspa foi amplificada no Norte de Minas, envolvendo grupos de outras localidades.

É uma experiência que vem atendendo demandas concretas dos Grupos de Mulheres do Gurutuba e vem sendo desenvolvida em articulação com grupos produtivos de outras localidades, a partir da mobilização do Coletivo de Mulheres e da rede sociotécnica que atua no seu entorno. A referência inicial foi a comunidade de Malhada Grande, a seguir incorporou outros grupos do próprio quilombo e hoje envolve grupos de territorialidades distintas no Norte de Minas Gerais.

Os grupos envolvidos já receberam diversas visitas de intercâmbios, além disso suas lideranças já apresentaram e contribuíram com suas experiências junto a outros grupos. Uma das principais questões a ser considerada na replicação é o formato de gestão do empreendimento que envolve quatro associações e seis grupos produtivos. Outro aspecto importante tem sido a capacidade de incidência dos grupos junto aos poderes públicos municipais.

3.6 CONTRIBUIÇÃO PARA AMPLIAR A RESILIÊNCIA ÀS MUDANÇAS DO CLIMA

O contexto de mudanças climáticas em curso sinaliza para uma piora do quadro mesmo considerando as projeções menos conservadoras. O território do Quilombo do Gurutuba encontra-se inserido em uma das regiões mais críticas do Norte de Minas, o que aponta para uma complexidade maior em torno de iniciativas que possam ampliar a resiliência dos sistemas agrícolas em curso nesta porção do território.

A experiência da Rede de Mulheres do Gurutuba tem como protagonistas mulheres que lutam pelo reconhecimento e autonomia, valorizando práticas econômicas como estratégia para garantir o modo de vida como quilombolas. Está assentada em cultivos mais adaptados ao semiárido como mandioca, algodão e gergelim, e com a adoção de práticas agroecológicas de produção. Além disso, os grupos produtivos que se formaram têm como um dos pilares a agregação de valor associados a uma diversidade de produtos, o que

amplia a resiliência econômica, gerando autonomia em particular para as mulheres e jovens que se integram à iniciativa.

3.7 CONCLUSÕES

A constituição do Quilombo do Gurutuba em 2002 e a luta pelo território foram os passos iniciais para que famílias passassem a se reencontrar e animar com a esperança de melhoria de vida. A Associação do Quilombo do Gurutuba tornou-se uma referência para a luta pelo reconhecimento étnico e direito territorial. Já a organização do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas foi quem estimulou à organização de grupos produtivos que contribuíssem para a autonomia das mulheres, fazendo com que os grupos do Quilombo do Gurutuba começassem a se encontrar e discutir suas questões para superar os problemas que enfrentavam. A partir da iniciativa da padaria comunitária pelas lideranças femininas de Malhada Grande, as demais mulheres ampliaram sua experiência em gestão e apontaram o interesse em melhorar o beneficiamento da mandioca e o resgatar a produção tradicional da tecelagem.

O Projeto Tecendo Autonomia chega para incorporar os grupos produtivos de mulheres, que envolvem a costura, os bordados e a estamparia, além da padaria e produção de farinha que já estavam em pleno funcionamento. Com as quatro associações em funcionamento, o coletivo da Rede de Mulheres do Quilombo do Gurutuba é criado e fortalecido como espaço de gestão e de mobilização dos grupos produtivos. Todas as práticas resultaram no restabelecimento do arranjo produtivo do algodão agroecológico promovido pelos grupos de mulheres do quilombo do Gurutuba, que estão relacionadas com os processos identitários e territoriais que promovem a autoafirmação enquanto quilombolas, e a revalorização dos conhecimentos e suas práticas tradicionais.

Esta experiência provocou resultados positivos principalmente para mulheres, jovens e idosas, no sentido de geração de renda e autonomia, fortalecimento identitário e no reconhecimento do papel das mulheres na família, nos ofícios e na relação com outros grupos, instituições e principalmente junto aos poderes públicos municipais.

4. DEPOIMENTOS

"Então, eu vou contar um pouco sobre o algodão: assim que nós alembramos do passado, buscamos o que já estava esquecido, o que já tinha acabado. Aquele negócio ali do algodão, da tecelagem, ninguém não via falar, esse povo mais novo não ia conhecer ele. Aí, acontece que na associação nós não tinha o algodão. Aí eu fui pra Paraíba, mais seu Honório e Tiago e a finada Antônia, e nós fomos buscar a semente. Nós trouxemos a semente colorida do algodão verde, nós fomos dia e noite, cinco dia nós chegamos em casa, no carro dia e noite, aí nós trouxemos a semente (...) Aí Deus abençoou que nós trouxemos a semente, nós plantamos a semente, nós temos o algodão verde. Depois Tiago mais Jaciléia conseguiu a semente do algodão branco, nós tamos trabalhando com ele.".

Dona Joana, comunidade São Sebastião, em entrevista sobre a recuperação da tradição e das sementes de algodão.

"É, só complementando aí, que Dona Vila é uma das nossas instrutoras lá. Nós colocamos ela como instrutora porque ela é a mãe do tear, quem quiser aprender a tecer é com Dona Vila. Querer aprender a tecer uma coberta, um pano bom assim de algodão. E o Tecendo

Autonomia, ele veio trazendo essa expectativa, pra criar algo a mais pra ela. Era algo que estava se morrendo, mais aí o Tecendo Autonomia trouxe esse algo pra ela, pra levantar a autoestima dela, porque às vezes ela falava, até mesmo comentava: 'gente eu acho que vai acabar essa tradição de eu fazer minhas camisas de algodão', aquelas blusas que as mulheres antigas, as mulheres do antepassado vestiam, que hoje em dia pouquíssimas pessoas que você vê com elas. E Dona Vila com isso sempre foi a mulher que sempre teve nessa costura. Dona Vila no tear, Dona Vila na costura, tudo Dona Vila faz um pouco, e tudo Dona Vila é professora de um tiquinho a mais."

Eliana Lima Marques Fernandes, comunidade Salinas, em entrevista sobre os produtos da padaria, as receitas tradicionais e sua importância cultural.

"As mudanças, do começo, antes a gente não tinha como produzir e nem como vender. A mulher ter aquele ganho, ter a sua autoestima, aquele dinheiro que é meu trabalhando, como suei para conseguir. Então hoje eu tenho, faz uma diferença tão grande do antes e o depois. Então a gente tem a nossa encomenda, a gente faz, tem o nosso dinheirinho, é meu, compro o que eu quero. Primeiro tem o artesanato, é até uma terapia para a gente mesmo. Então hoje você vê assim é, eu olho aqui na nossa redondeza, mulheres passam por muitos desafios, mulheres tem sofrimento? Tem. Então assim, eu vejo que através do artesanato evita ter é, a doença que está tendo muito aqui na região é, depressão".

Silvana Souza Alves Soares, comunidade São Sebastião, em entrevista sobre as mudanças e formas de organização dos grupos produtivos.

5. FONTES

CAA NM - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Gurutubanos: O Ambiente e a Produção no Vale do Gurutuba. Montes Claros, 2003.

CAA NM - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Plano de desenvolvimento do Assentamento Califórnia, Município de Pai Pedro. Montes Claros, 2000 (mimeo).

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS-CAA/NM. Relatório do Diagnóstico do Vale do Mosquito – microrregião de Porteirinha. Montes Claros: 2001. Mimeo.

CONFALONIERI, U. E. C. Mudança climática global e saúde. Disponível em: http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=22&id=248. Acesso 15 de junho de 2011

COSTA FILHO, A. Laudo de Identificação e Delimitação Territorial do Quilombo do Gurutuba (Norte de Minas Gerais) Brasília, Agosto de 2005.

COSTA, João Batista de Almeida. Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos. Brasília: UnB, 1999. Dissertação de mestrado.

EMBRAPA. Levantamento exploratório: reconhecimento de solos do norte de Minas Gerais. Brasília: Embrapa, 1975.

MMA / SEDVAN / IDENE / COOMAP. Plano de ação estadual de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca de Minas Gerais – PAE/MG – Montes Claros, novembro de 2010.

MOREIRA & TEODORO A AGROECOLOGIA E A MARCHA DAS MARGARIDAS Agroecology and the "Marcha das Margaridas" Sarah Luiza de Souza Moreira 1 e Suzi Huff Theodoro 2 Revista Brasileira de Agroecologia | Vol. 15 | Nº 5 | Ano 2020 | p. 305 – 320

OLIVEIRA, Cláudia Luz e DAYRELL, Carlos Alberto (org.) Cerrado e desenvolvimento: Tradição e atualidade. Montes Claros: CAA NM/Rede Cerrado, 2000.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Os Caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres agriculturas. Rio de Janeiro, vol.4, n.4, p 4-8, dez, 2009.

TEIXEIRA, Tiago Salles. Interlocução de Saberes na Construção do Plano de Etnodesenvolvimento do Território Quilombola do Gurutuba, Norte de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020. 147 páginas.

. ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. In: Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate / Henri Acselrad (organizador) 2 ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 2012. p 09-46.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária; AS-PTA, 2002. 592 p.

_____. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável / Miguel Altieri. – 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANTUNES, F.Z. 1994. Área mineira do Polígono das Secas: caracterização climática. Informe Agropecuário, 17(181):15-19.

BRANDÃO, Mitzi. "Furados": Um novo Ecossistema de Grande Importância como Suporte da Fauna Local e Regional da Região da Jaíba, MG. Daphne, Belo Horizonte, v. 8, n. 3, p. 51-60, jul.1998.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.

BRASIL. DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 21 de novembro de 2003.

BRASIL. Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 07 fev. 2007.

CAA NM - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Plano de desenvolvimento do Assentamento Califórnia, Município de Pai Pedro. Montes Claros, 2000 (mimeo)

CORREIA, João Roberto. Estratificação de ambientes em área de cerrado: da abordagem pedológica à percepção do agricultor. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2005 (Tese de doutorado).

COSTA FILHO, Aderval. Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um COSTA FILHO quilombo do centro norte-mineiro [tese]. Brasília, DF: Universidade de Brasília; 2008.

COSTA FILHO, Aderval. Laudo de Identificação e Delimitação Territorial do Quilombo do Gurutuba (Norte de Minas Gerais): Laudo pericial antropológico. Brasília, 2005.

COSTA, João Batista de Almeida. Mineiros e Baianeiros: Englobamento, Exclusão e Resistência. Brasília: UnB, 2003. (Tese de Doutorado).

D'ANGELIS FILHO, João Silveira. Do local ao supralocal: o caso dos Caatingueiros e Geraizeiros na região de Porteirinha. In: Wildhagen CD, editor. Diálogos sociais: Caminhos para o desenvolvimento territorial, novas abordagens. Belo Horizonte: Crisálida; 2009. p.6-96.

DAYRELL, Calos Alberto; D'ANGELIS FILHO, João Silveira; COSTA FILHO Aderval; RIBEIRO, Luciano Rezende. Diagnóstico de estratégias agroalimentares das comunidades quilombolas do Gorutuba. Programa Biodiversidade Brasil-Itália [relatório de pesquisa]. São Paulo: 2006. (Não Publicado).

DAYRELL, Carlos Alberto. De Nativos e de Caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros. 2019.

DAYRELL, Carlos Alberto. Geraizeiros y biodiversidad em el norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecologia e de la etnoecologia em los estúdios de los agroecosistemas. Andalucia, Universidad Internacional de Andalucia: 1998.

DIEGUES, Antônio Carlos e ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2001.

EMBRAPA. Levantamento exploratório: reconhecimento de solos do norte de Minas Gerais. Brasília: Embrapa, 1975

LUZ de OLIVEIRA, Cláudia. Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Belo Horizonte:UFMG, 2005. (dissertação de mestrado). Subsídios ao Plano de Etnodesenvolvimento Quilombola do Gurutuba – MG

MACHADO, Altair Toledo; SANTILLI, Juliana; MAGALHÃES, Rogério. A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas. Embrapa Informação Tecnológica (Texto para Discussão 34): Brasília, DF, 2008.

MATOS, Laudiceio Viana. Conhecimentos na análise de ambiente: a pedologia e o saber local em comunidade quilombola do norte de Minas Gerias. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Viçosa. Viçosa MG. 2008.

MATUK, Fernanda Ayaviri. Território, conhecimento local e uso do solo na comunidade quilombola de Malhada Grande, Norte de MG. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Viçosa. Viçosa MG. 2012.

TEIXEIRA, Tiago Salles. Interlocução de Saberes na Construção do Plano de Etnodesenvolvimento do Território Quilombola do Gurutuba, Norte de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020. 147 páginas.

TOLEDO, Vitor M. La Apropiacion Campesina de la Naturaleza: un Analisis Etnoecologico. Mimeo, 104 p., 1996.

VERDUM, Ricardo. Etnodesenvolvimento: nova/velha utopia de indigenismo. 200 f. Tese (Doutorado em Ciêcias Sociais)- Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198181222015000200469&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 20 de jan.2020

Sistematização finalizada em agosto de 2022.

SEMIÁRIDO VIVO

O **Projeto DAKI – Semiárido Vivo** é uma iniciativa de Gestão do Conhecimento e Cooperação Sul-Sul entre regiões semiáridas da América Latina, com foco na ampliação da resiliência dos povos e comunidades dos semiáridos aos efeitos das mudanças do clima. Centrado nas regiões do Grande Chaco Americano (Argentina), Corredor Seco da América Central (El Salvador) e Semiárido Brasileiro, o projeto atua identificando conhecimentos acumulados em experiências de agricultura resiliente ao clima, para criar pontes e intercâmbios entre boas práticas e seus protagonistas, e desenvolver capacidades técnicas através de processos de formação. A ação é financiada pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), coordenada por duas redes da sociedade civil - Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e a Plataforma Semiáridos da América Latina -, e executada por um consórcio de organizações sociais: AP1MC (Semiárido Brasileiro), FUNDAPAZ (Argentina) e FUNDE (El Salvador).

A sistematização de experiências é um dos componentes do projeto DAKI-Semiárido Vivo, que tem como objetivos identificar, organizar, dar visibilidade e compartilhar aprendizagens sobre experiências e boas práticas sustentáveis e mais resilientes às mudanças climáticas, nas três regiões de atuação do projeto. Respeitando a riqueza de contextos, atores, natureza e modos de vida que compõem os semiáridos, os processos de sistematização se deram de modo articulado e heterogêneo, partindo da diversidade dos territórios para a interseção proposta pelo DAKI-Semiárido Vivo. Nesse sentido, cada região desenvolveu metodologias e processos de sistematização próprios, que seguiram critérios e categorias comuns, adaptados aos contextos locais. Estes processos seguiram as seguintes etapas: levantamento e identificação de experiências; sistematização em profundidade; produção de materiais e intercâmbios de conhecimento. Este material é resultado do processo de sistematização em profundidade, que gerou a Coleção de Experiências DAKI-Semiárido Vivo e com seus respectivos Cadernos de Casos.

No Caderno de Casos do Semiárido Brasileiro, o processo seguiu uma lógica de enraizamento territorial, na qual foram definidos 5 territórios prioritários para desenvolvimento dos processos de sistematização: Serra da Capivara no Piauí, Sertão do São Francisco na Bahia, Alto Sertão Sergipano, Chapada do Apodi no Rio Grande do Norte e Norte de Minas Gerais. Estes processos foram liderados por organizações de referência em cada um dos territórios, fortalecendo os arranjos territoriais e conhecimentos locais. Foram identificadas, selecionadas e sistematizadas 25 experiências (5 em cada território). As metodologias de sistematização seguiram diferentes caminhos e processos participativos, realizados pelas organizações responsáveis: Rio da Vida, visitas de campo, grupo focal, análise FOFA, dentre outras práticas que permitiram a participação e análise dos protagonistas sobre os processos vividos.

PUBLICAÇÃO
Metodologia, Elaboração e Texto
Centre de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA)
Edição e Revisão
Esther Martins
Projeto Gráfico
André Ramos [AR Design]

EQUIPE PROJETO DAKI-SEMIÁRIDO VIVO
Coordenação Geral e Coordenação Semiárido Brasileiro
Antonio Barbosa
Coordenação Grande Chaco Americano
Gabriel Seghezzo
Coordenação Corredor Seco da América Central
Ismael Merlos
Gerência de Sistematização de Experiências
Esther Martins
Coordenação Pedagógica
Júlia Rosas
Gerência de Monitoramento e Avaliação
Eddie Ramirez
Gerência de Comunicação
Livia Alcântara
Acompanhamento técnico, metodológico e de produção de conteúdo
Juliana Lira e Lara Erendida Andrade
Apoio Administrativo
Maitê Queiroz
Equipe de Monitoramento e Avaliação
Aníbal Hernandez e Daniela Silva
Equipe de Comunicação
Daniela Savid, Florencia Zampar e Nathalie Trabanino

Metodologia, elaboração e texto

CAA Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – Solidariedade e Sustentabilidade no Sertão do Gerais

DAKI Semiárido Vivo

Plataforma Semiáridos América Latina

ASA Articulação Semiárido Brasileiro

Proyecto ejecutado por

funde Fundación Nacional para el Desarrollo

FUNDAPAZ Fundacion para el Desarrollo en Justicia y Paz

AP1MC Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido

Financiado por

FIDA Investindo nas populações rurais